

N.º 286-VII
Proc.º 50.04.01
Data : 16/04/2002

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados
Senhor Presidente e Membros do Governo

O Partido Popular nos Açores saúda o novo Governo de Portugal saído da vontade popular manifestada nas últimas eleições de 17 de Março e na sequência do Acordo da Convergência Democrática, firmado entre o Partido Social Democrata e o Partido Popular.

Manifestamos toda a nossa solidariedade e confiança no novo elenco governativo, cujo programa será apoiado e aprovado esta semana, na Assembleia da República, por uma sólida maioria composta pelos Grupos Parlamentares de ambos os Partidos, em representação democrática do povo português.

Curiosamente, nas eleições legislativas nacionais, o sentido de voto dos Açorianos acompanha sempre a tendência geral expressa pelo povo português.

Mantendo essa tradição, em 17 de Março passado, os Açorianos também manifestaram nas urnas a vontade inequívoca de contribuir para a mudança que o país necessitava, quando uma clara maioria de 52 % dos eleitores depositaram a sua confiança política nos projectos dos Partidos que integram a Convergência Democrática, PSD e CDS/PP.

Lamentavelmente, os socialistas deixaram o país numa situação muito difícil, quase caótica em algumas áreas, em clara ruptura financeira, com um déficit orçamental incomportável, as Forças Armadas paralisadas, as Polícias desmotivadas, a Saúde falida, a Educação desorientada, uma Segurança Social terceiro - mundista e uma economia em crise com empresários descrentes.

Porém, estamos confiantes que a capacidade técnica e política do Governo da Coligação PSD – CDS/PP será capaz de proceder, num primeira fase, à Reforma do Estado, por forma a fazer o inadiável saneamento financeiro do sector público e a equilibrar os Orçamentos e, numa segunda fase, lançar as esperadas Reformas dos diferentes sectores económicos e sociais, que permitam o desenvolvimento e a modernização do país.

Caberá assim ao novo Governo da coligação PSD – CDS/PP, de maneira responsável e patriótica, criar as condições para que o país possa honrar os seus compromissos e obrigações em relação à Europa, nomeadamente no âmbito do Pacto de Estabilidade e Crescimento que impõe um orçamento com déficit 0 em 2004, por forma a que Portugal não sofra qualquer grave penalização, quer em multas, quer nos acessos aos Fundos de coesão.

Senhor Presidente e Senhores Deputados

O CDS/PP acredita convictamente no sentido de responsabilidade do povo português para compreender e apoiar as iniciativas dos novos governantes deste país, mesmo que, em certos casos, se traduzam na implementação de medidas menos populares mas absolutamente necessárias e inadiáveis ao indispensável saneamento financeiro das finanças públicas nacionais.

O Partido Popular - Açores tem consciência de que vão surgir naturais dificuldades no caminho da recuperação nacional, quer no território continental quer nas Regiões Autónomas, criadas sobretudo pelos sectores mais esquerdistas, que foram copiosamente derrotados nas urnas e cujas teses colectivistas ortodoxas praticadas na Região os conduziram à quase indiferença do eleitorado, mantendo apenas algumas correias de transmissão, cada vez mais isoladas, em parte do aparelho sindical.

O CDS/PP Açores acredita que a Oposição socialista vai assumir um papel responsável e com sentido de Estado, conforme o tem revelado o seu líder nacional.

Além dum disparate seria de uma imoralidade inqualificável que aqueles que arruinaram o país e desacreditaram o Governo, se transformassem agora em agitadores da opinião pública perante as corajosas e patrióticas medidas de quem tem a espinhosa missão de devolver ao país os equilíbrios orçamentais necessários e a dignidade do próprio Estado.

Esta postura de responsabilidade democrática, estamos certos, será extensível ao PS dos Açores. O bom senso, os superiores interesses dos Açores e até a manutenção da coerência de comportamentos nas relações com os órgãos de soberania, aconselham a que o PS não caia na tentação fácil de fazer uma incoerente e destrutiva política de obstrução e de agitação político – partidária contra o Governo da República.

Senhor Presidente e Senhores Deputados,

Perante esta pesada herança, como portugueses, os Açorianos devem estar também empenhados em que o país ultrapasse colectivamente e de forma sólida, mas rápida, a difícil situação em que se encontra, condição, de resto essencial, para que a própria região possa beneficiar das reformas em sectores básicos para o nosso futuro e que estão quase totalmente dependentes das políticas nacionais.

São exemplos óbvios os casos das Forças Armadas, Polícias, Tribunais, Saúde, Educação e Segurança Social, bem como a própria Agricultura, Turismo, Banca e Indústria, por força da nossa quase total dependência do mercado continental.

Por outro lado o Partido Popular tem plena consciência de que muitas das medidas que vierem a ser implementadas para o país em matéria de saneamento do Estado serão certamente de uma extrema utilidade para os Açores, pois, como é sabido, as Finanças da Região também não primam nem pelo equilíbrio, nem pela racionalidade, muito menos pela necessária austeridade.

A esse respeito importa chamar a atenção do Governo Regional para a necessidade de informar este Parlamento do verdadeiro e actualizado estado das contas e das finanças regionais, já que os relatórios sobre o investimento não têm sido atempadamente entregues e as recentes informações sobre o facto do Governo da República anterior nunca ter pago nem os 20 milhões de Euros prometidos em 1998 para apoio à Reconstrução, nem os 25 milhões de Euros destinados à convergência do tarifário, não deixam de ser preocupantes.

Aliás, neste domínio, não deixam de ser alarmantes as notícias que voltam a correr sobre o estado da dívida do Serviço Regional de Saúde e sobre a ruptura orçamental no âmbito dos incentivos ao investimento comercial e industrial, que já levaram uma associação de empresários a apelar directamente aos investidores privados para repensarem e ponderarem as suas aplicações.

Senhor Presidente e Senhores Deputados

O Partido Popular nos Açores, neste momento de viragem na Governação do país, perante uma das mais graves crises financeiras da nossa história recente, manterá a coerência das suas posições, incluindo todos os aspectos que se referem ao saudável e firme relacionamento da Região com o Estado.

Incumbe às forças políticas regionais a defesa intransigente dos superiores interesses dos Açores e das suas populações e o CDS/PP estará sempre na primeira linha dessa defesa, mas numa perspectiva politicamente séria e equilibrada, sem submissão a qualquer estratégia pré concebida de afrontamento, que de resto a população açoriana não compreenderia nem perdoaria.

De resto, como sempre temos defendido, para que a Região retire todo o proveito da solidariedade nacional a que tem inquestionável direito, é imperioso que a Autonomia seja Credível, o que convenhamos, nem sempre tem acontecido.

Horta, Sala das Sessões, 16 de Abril de 2002

O Presidente do Grupo Parlamentar,

Alvarino Pinheiro